

# A coragem da mobilização popular

*Projecto de Resolução Política proposto na Mesa Nacional do Bloco de Esquerda de 7 de Maio de 2016.*

*Nota: O projeto foi votado em alternativa e rejeitado. [Ler projeto aprovado.](#)*

## **1. Responder à chantagem**

- A crise do capitalismo continua. A ditadura dos mercados financeiros internacionais continua a limitar a soberania popular. E, na Europa, o colonialismo da dívida e a austeridade continuam a ser lei. O Tratado Orçamental continua a limitar as possibilidades de investimento público, a destruir o Estado Social, a impedir a inversão do caminho de empobrecimento do país.
- O governo do Partido Socialista tenta o caminho impossível de negar estas realidades, apresentando metas para o deficit e cenários de crescimento económico irrealistas no interior da estagnação económica em que vivemos. Este estado de negação acabará por chocar contra a dura realidade e parece ser incapaz de responder à chantagem das instituições da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional para manter o país no estrito caminho da austeridade.
- A esta pressão o governo do PS responde no imediato com um Programa de Estabilidade que apresenta sinais preocupantes: ausência de alteração na resposta aos problemas do sistema financeiro, falta de investimento e continuada redução do número de funcionários públicos. Por sua vez, o Bloco de Esquerda contrapôs ao debate das metas e condicionamentos europeus, contributos para uma estratégia económica que permita a criação de emprego, uma sustentada recuperação dos rendimentos do trabalho e a protecção das contas públicas e da economia do país face a choques externos.
- O caminho do Bloco é o de quem sabe que à chantagem não se responde apenas com trabalho parlamentar ou com negociações com o governo. A esquerda anticapitalista não desiste de nada e sabe que nas mesas de negociação apenas se jogam relações de forças acumuladas nos processos de lutas concretos. E se é preciso aproveitar a janela de oportunidades aberta pelo quadro político actual para forçar mudanças que contem na vida das pessoas também é preciso preparar desde já as mudanças indispensáveis com que nos vamos ver confrontados no futuro próximo.
- O BE não se fecha nas instituições nem em si próprio. Preparamos o nosso trabalho convencional ao mesmo tempo que nos mobilizamos e que mobilizamos as lutas indispensáveis. Com a humildade de quem quer preparar o caminho de alargamento do campo anti-austeridade a partir de baixo, o Bloco de Esquerda reconhece que é apenas a coragem da mobilização popular que responde à crise.
- O Bloco de Esquerda no imediato decide:
  - 1- Aprofundar a campanha em curso sobre direitos do trabalho: editando uma brochura sobre os direitos do trabalho virada para xs jovens, realizando debates descentralizados com activistas da área, apresentando denúncias concretas de violações dos direitos laborais, apoiando as lutas dxs trabalhadorxs em curso nomeadamente a luta dos estivadorxs e a jornada de luta promovida pela CGTP, continuando a insistir em propostas estruturantes de combate à precariedade e ao desemprego;
  - 2- Lançar uma campanha sobre o controlo público da banca que responda à crise do sistema bancário nacional, que coloque na agenda política questões como a função da banca e a sua propriedade;
  - 3- Mobilizar-se em defesa da Escola Pública contra o financiamento público dos colégios e escolas privadas que têm visto as suas rendas garantidas mesmo em tempo de austeridade selectiva. É preciso exigir a construção de escolas públicas onde faltam,

para não prolongar *ad eternum* o pretexto desta transferência de rendimentos.

## **2. A urgência do ecossocialismo**

- Vivemos num mundo em crise ecológica. Uma crise que passa pelas novas políticas extractivistas mas também pelo novo ambientalismo neoliberal que se apropriou de lutas antigas do movimento alter global reivindicativo de justiça ecológica. Este ambientalismo neoliberal promotor de uma visão autorreguladora dos problemas ambientais procura a resolução dos conflitos ecológicos através de mecanismos legalistas, preferencialmente sem intervenção do Estado, ocultando as injustiças ecológicas dos projectos de investimento ecocidas disfarçados através de narrativas de desenvolvimento sustentável.

- Portugal não passa isento neste processo. Os recentes investimentos de exploração de petróleo e gás no litoral, promovidos por consórcios de empresas petrolíferas como a Repsol, Galp e Partex, são exemplo disso. Paralelamente, assistimos a um ataque cerrado às formas de propriedade comunitária, como é caso da nova Lei dos Baldios, que para além de ameaçar com a privatização das terras comuns, ataca as formas de vida comunitária e o processo de construção de autonomia de base democrática, ameaçando não apenas a qualidade da democracia portuguesa, mas confinando as pessoas e as espécies a espaços definidos por empresas cujos interesses económicos se sobrepõem sempre ao bem-viver das comunidades.

- Outra frente de intervenção tem sido o debate sobre o uso de glifosato, um herbicida químico sintético muito utilizado na agricultura portuguesa mas também no controle dos jardins urbanos das cidades portuguesas. Este debate não é novo em Portugal. Em 2014 a Plataforma Transgénicos Fora, em paralelo com as associações que a constituem, iniciou um processo junto das autoridades locais (municípios e freguesias) para promover alternativas ao uso de glifosato no controlo de plantas infestantes em espaços públicos. Desde então, muitas têm sido os alertas emitidos por estas associações e movimentos ambientalistas, a par da Ordem dos Médicos, sobre os efeitos nefastos para o ambiente e saúde pública. Este trabalho quotidiano, minucioso, e por vezes penoso, tornou-se mediático após a recente descoberta de valores médios de glifosato na urina dxs portuguesxs muito acima do permitido pela regulação. Se desde o lançamento dos resultados cada vez mais municípios iniciaram processos de proibição de uso de glifosato, esta vitória deve-se ao trabalho dxs ativistxs locais e das associações e plataformas como a PTF. É, assim, urgente apoiar e prosseguir este trabalho.

- A crise ecológica irá marcar uma grande parte da agenda política nacional nos próximos meses, seja sobre temas como o glifosato, a ameaça nuclear de Almaraz, a poluição no Tejo e no Ave, a exploração de petróleo e gás, ou as patentes sobre as sementes, seja sobre os negócios ecocidas que estão a ser promovidos a nível internacional através do TTIP. Prova disso é o recente leak dos documentos da última ronda de negociações do TTIP promovido pela Greenpeace Holanda, e cujos documentos revelam uma redução da proteção ambiental. Em Portugal o TTIP continua um debate oculto, apesar dos inúmeros esforços dxs ativistas da Plataforma Não ao TTIP: Não ao Tratado Transatlântico.

- A prática ecossocialista do Bloco de Esquerda não circunscreve o conflito à acção parlamentar ou governativa, nem se prende às dinâmicas hegemónicas do ambientalismo neoliberal. Pelo contrário, um partido ecossocialista denuncia as injustiças das acções jurídica e parlamentar, e procura construir na raiz forças que encerrem o ciclo de impunidade que possibilita a perpetuação de crimes contra o ambiente e a humanidade. Um partido ecossocialista reconhece a importância da acção local, quotidiana dxs ativistxs e não se apropria dela no sentido de retirar daí dividendos

políticos.

- O Bloco de Esquerda reconhece a importância do trabalho do movimento ecologista e das plataformas como a Plataforma Transgénicos Fora, da Plataforma Algarve Livre de Petróleo, e plataforma Não ao TTIP: Não ao Tratado Transatlântico.
- Nesse sentido a Mesa Nacional decide:
- Abrir um canal de comunicação que permita aos movimentos, associações e plataformas, acesso aos mecanismos jurídicos e políticos que promovam o crescimento e legitimidade das suas acções.
- A abrir uma discussão pública sobre o TTIP e iniciar discussão sobre um referendo ao tratado.
- Manter a pressão e iniciativa, no parlamento e nas autarquias, com o objectivo de garantir a proibição da utilização do glifosato e pressionar o governo português para não votar a renovação do glifosato a nível europeu.
- Acompanhar e participar nos momentos de contestação que terão lugar nas datas futuras de sondagens e explorações de combustíveis fósseis no Alentejo e no Algarve.
- Empenhar-se na mobilização “Fechar Almaraz, Descanse em Paz” em Cáceres, a 11 de Junho.

### **3. A X Convenção do Bloco de Esquerda**

A X Convenção Nacional do Bloco de Esquerda decorre a 25 e 26 de junho de 2016, no Pavilhão do Casal Vistoso, em Lisboa, com o lema: mobilizar para transformar. Na noite de 24 de junho terá lugar uma sessão internacionalista centrada nos ativismos e movimentos sociais.